ENTRE A VENDA E O ESTIGMA: OS AMBULANTES "TURCOS" E A DISPUTA PELA LEGITIMIDADE NO RIO DE JANEIRO (1895-1905)[1]

Between trade and stigma: "Turk" street vendors and the struggle for legitimacy in Rio de Janeiro (1895–1905)

Entre la venta y el estigma: los vendedores ambulantes "turcos" y la disputa por la legitimidad en Río de Janeiro (1895-1905)

Camila Oliveira da Silva[I*]

http://doi.org/10.1590/S2178-149420260903

I Fundação Oswaldo Cruz – Rio de Janeiro (RJ), Brasil.
* Mestra em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Integra o Núcleo de Estudos em História da Alimentação (NEHA/COC-Fiocruz) e o GT História da Alimentação e das Práticas Alimentares da ANPUH-Brasil. Desenvolve pesquisas sobre comércio ambulante, alimentação, saúde pública e cotidiano urbano no Rio de Janeiro entre os séculos XIX e XX (camila.ods@outlook.com).
https://orcid.org/0009-0005-8366-8659

Artigo recebido em 01 de maio de 2026 e aprovado em 02 de outubro de 2026.
Editora responsável: Silvia Monnerat Barbosa

CC BY

RESUMO

Este artigo investiga a atuação de sujeitos identificados como "turcos" no comércio ambulante do Rio de Janeiro entre 1895 e 1905, buscando compreender como se produziam e disputavam os limites dessa presença estrangeira no espaço urbano. A partir da imprensa carioca, argumenta-se que a categoria "turco" operava como um marcador social que condensava estigmas e disputas em torno da legitimidade desses trabalhadores. Tais limites eram continuamente construídos por meio de discursos de desqualificação, respostas dos próprios imigrantes, práticas de fiscalização, conflitos e negociações, evidenciando um campo dinâmico de tensões na vida urbana da capital federal.

PALAVRAS-CHAVE: Imigração, Comércio ambulante, Imprensa, Primeira República, Espaço urbano.

ABSTRACT

This article examines the activities of individuals identified as "Turks" who engaged in street vending in Rio de Janeiro between 1895 and 1905, seeking to understand how the boundaries of this foreign presence were produced and contested in urban space. Drawing on the Rio de Janeiro press, it argues that the category "Turk" functioned as a social marker that condensed stigmas and disputes over the legitimacy of these workers. Such boundaries were continuously constructed through disqualifying discourses, responses from the immigrants themselves, inspection practices, conflicts, and negotiations, revealing a dynamic field of tensions in the urban life of the federal capital.

KEYWORDS: Immigration, Street vending, Press, First Republic, Urban space.

RESUMEN

Este artículo analiza la actuación de sujetos identificados como "turcos" en el comercio ambulante de Río de Janeiro entre 1895 y 1905, con el objetivo de comprender cómo se producían y disputaban los límites de esta presencia extranjera en el espacio urbano. A partir del análisis de la prensa carioca, se argumenta que la categoría "turco" operaba como un marcador social que condensaba estigmas y disputas en torno a la legitimidad de estos trabajadores. Dichos límites eran continuamente construidos mediante discursos de descalificación, respuestas de los propios inmigrantes, prácticas de fiscalización, conflictos y negociaciones, las cuales revelan un campo dinámico de tensiones en la vida urbana de la capital federal.

PALABRAS CLAVE: Inmigración, Comercio ambulante, Prensa, Primera República, Espacio urbano.

Introdução

Nos anos iniciais do regime republicano, a cidade do Rio de Janeiro atravessou um período de acentuado crescimento demográfico e profundas transformações no espaço urbano. Entre os anos de 1890 e 1906, a população da capital federal cresceu cerca de 300 mil habitantes[2], impulsionada tanto pela circulação de indivíduos negros no contexto do pós-abolição quanto pela chegada de imigrantes. Esse processo afetou diretamente a reconfiguração do mercado de trabalho urbano, marcada pela ampliação de atividades informais e pela intensificação de ocupações exercidas nas ruas, entre as quais o comércio ambulante se destacava como uma alternativa para diferentes segmentos das camadas populares.

Entre os sujeitos que atuavam nessa atividade, ganhavam particular visibilidade aqueles provenientes do Oriente Médio identificados como "turcos". A diversidade religiosa, social e de origem desses imigrantes não impediu que fossem reunidos sob denominações abrangentes. Oriundos, em grande parte, de territórios então submetidos ao Império Otomano, esses sujeitos foram classificados nos documentos do Estado como "turcos", "turco-árabes" ou "turco-asiáticos", sendo a categoria "sírio" introduzida somente a partir de 1892 (Pinto, 2018: 64-65). Essas denominações, entretanto, não eram equivalentes nem correspondiam a identidades estáveis. Como demonstram Pinto (2018), Lesser (1999) e Karam (2007), a designação "turco" adquiriu sentidos pejorativos na sociedade brasileira, enquanto diferentes formas de identificação eram mobilizadas pelos próprios imigrantes em meio às disputas por legitimidade em relação ao direito à cidade.

Este artigo toma o comércio ambulante como uma lente privilegiada para analisar as formas pelas quais a presença desses imigrantes identificados como "turcos" foi construída na capital federal durante a virada do século XIX para o XX. As fontes analisadas concentram-se em periódicos de grande circulação na época: a *Gazeta de Notícias*, o *Jornal do Commercio*, *O Paiz* e o *Jornal do Brasil*[3]. Juntamente com o *Correio da Manhã*, esses impressos alcançaram no ano de 1905 uma tiragem conjunta de aproximadamente 150 mil exemplares diários em uma cidade com quase 700 mil habitantes (Mattos, 2009). O seu alcance, contudo, não se restringia aos compradores dos exemplares, uma vez que a leitura compartilhada e a circulação das notícias por diferentes espaços de sociabilidade ampliavam a difusão das informações publicadas (Chalhoub, 2012). A partir desse conjunto documental, argumenta-se que os chamados "turcos" não constituíam um grupo social definido, mas um objeto de disputa produzido em diferentes planos. Nesse sentido, propõe-se deslocar a análise

CC BY

da inserção desses sujeitos no seu destino migratório para os processos por meio dos quais a sua presença foi problematizada, contestada e redefinida no espaço da capital federal.

Entre estigmas e disputas: a construção da presença "turca" na cidade

No período analisado, as transformações vivenciadas pelo Rio de Janeiro intensificaram os debates em torno do espaço urbano. Questões relacionadas à circulação, à higiene e ao ordenamento urbano adquiriram uma crescente importância nas discussões sobre a capital, articulando-se a concepções de progresso e civilização que já se encontravam em disputa nas últimas décadas do Oitocentos (Azevedo, 2015; Chalhoub, 1996). Essas preocupações ganharam novas dimensões nos primeiros anos do século XX, quando as intervenções urbanas e sanitárias ampliaram as transformações sobre a materialidade da cidade e os seus espaços de circulação (Benchimol, 1992). Nesse contexto, a construção de uma capital que se pretendia moderna envolvia também disputas em torno das formas de ocupação e dos usos considerados adequados aos espaços públicos.

Paralelamente a essas transformações, houve um crescimento dos fluxos imigratórios: a população estrangeira residente passou de 124.119 para 210.515 indivíduos entre os anos de 1890 e 1906[4]. Tal fato contribuiu para ampliar a heterogeneidade de sua composição populacional e reconfigurar as dinâmicas de trabalho e sociabilidade urbana (Menezes, 2014). Quanto aos indivíduos aqui analisados, o recenseamento da cidade de 1906 registrou 2.827 pessoas identificadas como "turco-árabes", um contingente pouco expressivo em termos absolutos (Republica dos Estados Unidos do Brazil, 1906). Essa dimensão numérica, entretanto, contrastava com a visibilidade alcançada por esses sujeitos nas ruas, onde a sua atuação no comércio ambulante contribuía para torná-los figuras recorrentes nos registros da época.

Afirmamos isso pois o comércio ambulante, na transição do século XIX para o XX, se manteve como uma marcante manifestação na paisagem urbana do Rio de Janeiro. As ruas eram caracterizadas por uma diversidade de sujeitos que atuavam nessa atividade profissional e foram retratados em pinturas de artistas, capturados por lentes de fotógrafos e descritos por jornalistas, cronistas e escritores da época. Além disso, havia uma multiplicidade de mercadorias ofertadas nas ruas que refletiam as mudanças em torno dos hábitos da população. A circulação por diferentes áreas da cidade e o contato direto com a população colocavam esses(as) trabalhadores(as) diante de diferentes olhares e avaliações acerca de suas práticas (Silva, 2023). Para os imigrantes aqui analisados, esses olhares

também eram atravessados por diferentes aspectos sociais, a partir dos quais esses sujeitos eram identificados e classificados.

A categoria "turco" referia-se aos diferentes falantes da língua árabe que vinham de territórios do Império Otomano e compartilhavam uma mesma base cultural, ou local de origem, e formavam em território brasileiro uma suposta identidade étnica em comum. De acordo com Castanheira (2015) e Meihy (2016), as adversidades que passavam tanto na Síria – que estava sob o domínio do Império Otomano – quanto no Líbano – devido aos conflitos religiosos entre muçulmanos e cristãos – foram responsáveis por impulsionar a emigração de milhares de pessoas para as Américas. Em associação com a baixa produtividade agrícola, a alta densidade populacional e a crise econômica, esses fatores contribuíram para tornar os episódios periódicos de fome uma realidade recorrente e aterrorizante para essa população.

Esses imigrantes identificados como "turcos" foram objeto de um intenso processo de construção pública que buscava definir a sua presença na capital por meio de determinadas representações. Parte dessas representações assumia um caráter estigmatizante ao associar esses sujeitos a atributos depreciativos. A noção de estigma permite compreender como tais associações participavam da produção de diferenças e hierarquias no espaço urbano. Mais do que um atributo inerente aos sujeitos, o estigma é aqui entendido como um processo relacional, constituído quando diferenças socialmente reconhecidas são associadas a atributos depreciativos e mobilizadas na distinção entre sujeitos e posições sociais (Goffman, 2004; Link; Phelan, 2001). A categoria "turco" não possuía por si mesma um sentido necessariamente estigmatizante. Nesse contexto, interessa observar as situações em que essa classificação era articulada a noções de desordem, insalubridade, atraso ou ilegitimidade, bem como as formas pelas quais essas associações podiam ser contestadas pelos próprios sujeitos assim identificados.

A imprensa carioca desempenhou um papel fundamental nesse processo ao difundir representações que, em muitos casos, associavam esses sujeitos a esses atributos. No entanto, tais representações não se estabeleceram de forma homogênea ou incontestada. Paralelamente a discursos que defendiam a restrição ou mesmo a eliminação do comércio ambulante realizado por esses indivíduos, emergiam também vozes que buscavam problematizar essas leituras. Nesse sentido, a imprensa pode ser compreendida como um espaço de produção, circulação e contestação pública de representações na sociedade. Ao reunir distintas denúncias, reclamações, conflitos e reivindicações, os periódicos constituíam um espaço de disputa no qual se atribuíam sentidos aos sujeitos e às suas práticas no espaço urbano (Barbosa, 2010; Chalhoub, 2012).

Entre os registros que explicitam de forma mais contundente essa construção, temos o texto publicado no *Jornal do Commercio* em 8 outubro de 1901 com o título de "A questão dos 'turcos'", no qual o comércio ambulante realizado pelos chamados "turcos" é apresentado como um problema para a capital federal (Associação dos Empregados no Commercio do Rio de Janeiro, 1901). Esse mesmo texto foi republicado em outros jornais: no *A Tribuna* (em 8 de outubro de 1901); no *Jornal do Commercio* (a versão aqui citada); no *Correio da Manhã* (nos dias 8 e 9 de outubro de 1901); e em *O Paiz* (em 19 de outubro de 1901). O documento em questão foi entregue originalmente ao Conselho de Intendência Municipal, escrito pelo secretário da Associação dos Empregados do Comércio do Rio de Janeiro, Armando de Figueiredo.

No texto em questão, o comércio volante – uma das nomenclaturas referentes ao comércio ambulante – era qualificado como "illegitimo, espurio e immoral", sendo apresentado não apenas como uma prática econômica irregular, mas como uma atividade que, por sua própria natureza, não deveria ser tolerada (Associação dos Empregados no Commercio do Rio de Janeiro, 1901). Ao afirmar que esse tipo de comércio teria sido "expellido de toda a parte", o documento sugere que a sua permanência na capital seria incompatível com padrões considerados mais avançados de organização urbana. Essa oposição ganhava contornos ainda mais expressivos quando o perímetro urbano da capital era descrito como um grande "bazar que lembraria as ruas do Egypto ou de Constantinopla". A descrição minuciosa reforça esse processo ao mobilizar termos como "immundicie" e "miseria", assim como ao caracterizar essa população como "sordida", produzindo uma imagem de saturação e descontrole na qual o comércio ambulante associado a esses imigrantes passa a figurar como elemento definidor de uma cidade degradada. A recorrência de expressões que indicam essa uniformidade, como "por todas as ruas" ou "a mesma immundicie", contribui para deslocar situações pontuais para um quadro generalizante.

Salientamos que a comparação não funcionava apenas como uma referência à procedência dos vendedores presentes nas ruas: ao aproximar o Rio de Janeiro de espaços representados no texto pela "immundicie", pela "miseria" e pela aparência "sordida", essa prática comercial era convertida em um sinal de rebaixamento da própria capital federal. A desqualificação dos ambulantes identificados como "turcos" articulava-se, assim, à definição dos usos e atividades considerados compatíveis com uma cidade que pretendia afirmar-se como moderna e civilizada. Mais do que condenar uma prática comercial, o texto fazia da presença desses trabalhadores um elemento de contraste com a ordem urbana que se reivindicava para a cidade e o país.

Se, em um primeiro momento, o comércio ambulante realizado pelos chamados "turcos" era apresentado como elemento de desordem urbana, ao longo do texto essa desqualificação passa a incorporar também associações com exploração e ilegalidade (Associação dos Empregados no Commercio do Rio de Janeiro, 1901). O texto da associação solicita a extinção do comércio ambulante, não apenas pelos problemas urbanísticos, mas por considerá-lo uma ameaça aos estabelecimentos comerciais da cidade. A atividade é descrita como uma prática que, sob a "capa de miseria", ocultaria um sistema de concorrência fraudulento, sustentado pela evasão fiscal e pela violação de normas. Essa leitura se articula a um conflito econômico no qual o comércio ambulante aparece como responsável pela crise do chamado "commercio legitimo". Ao afirmar que os vendedores ambulantes usurpavam o comércio e estariam causando o fechamento de lojas e do desemprego de trabalhadores formais, o texto mobiliza uma retórica de antagonismo que opõe dois modelos de atividade econômica. De um lado, o comércio fixo em estabelecimentos associado ao progresso e, de outro, o "comércio volante" caracterizado como parasitário e predatório.

Nesse enquadramento, os indivíduos identificados como "turcos" não são apenas figuras incômodas do cotidiano urbano, mas uma ameaça à economia e à ordem social. Esse tipo de narrativa atuava na construção de um diagnóstico urbano que articulava deslegitimação moral, conflito econômico e normas civilizatórias, situando a presença desses imigrantes e a realização de sua atividade profissional como incompatível com o projeto de modernidade que se buscava afirmar na capital.

Contudo, a caracterização desse comércio como ilegítimo contrastava com a própria regulamentação municipal da atividade, que exigia dos vendedores o pagamento de licenças para a comercialização de produtos nas ruas da cidade. Além de representar um ônus significativo para os próprios ambulantes, esse tributo constituía uma fonte de arrecadação para os cofres públicos. A sua existência indica que a comercialização de mercadorias nas ruas constituía uma atividade regulamentada pelo poder público, embora fosse apresentada no texto como um entrave ao "progresso" da nação.

Em resposta à declaração da associação, uma comunicação foi encaminhada à redação de *O Paiz* e publicada em 19 de outubro de 1901 sob o título "Echo da verdade", assinada por José Salomão. No texto, Salomão se manifestava em nome próprio e em nome de parte da comunidade síria, contrapondo-se às acusações dirigidas a esses trabalhadores (Questão […], 1901).

É significativo, nesse sentido, que uma declaração publicada sob o título "Questão dos 'turcos'" tenha sido respondida por um indivíduo que afirmava falar em nome dos "syrios"

residentes no Brasil. A diferença entre as denominações não deve ser tomada apenas como uma variação vocabular. Em um contexto no qual "turco", "sírio" e outras formas de identificação possuíam significados sociais distintos, a resposta evidencia a distância entre uma classificação atribuída e a denominação pela qual esses sujeitos se apresentavam no debate público.

Ao longo do discurso, Salomão constrói uma forte defesa da presença da comunidade síria, mobilizando valores e aspirações associados ao recém-instituído regime republicano para afirmar a legitimidade desses imigrantes em território nacional. Inicialmente, destaca a imagem do Brasil como uma nação marcada pela "franca hospitalidade, sua generosidade, sua amizade para os que vêm de todos os paizes, sem indagarem nas nacionalidades e suas religiões". O autor ressalta que "no Brasil o estrangeiro é tratado como o proprio brasileiro", sendo garantido a todos "o goso da mais ampla liberdade para o seu commercio, a sua industria, as suas profissões". O Brasil ainda é elevado no discurso como "um paiz, onde é occupado pelo homem, da bondade do povo, da justiça e da liberdade do governo" (Questão [...], 1901). A ênfase na liberdade como princípio estruturante do novo regime republicano no país configura um dos elementos centrais de uma retórica que procurava apresentar o trabalhador imigrante como sujeito legítimo e funcional ao projeto de modernização da sociedade brasileira.

O autor associa a permanência dos sírios a vínculos afetivos e políticos, discorrendo que muitos "abraçam a naturalização" ao passar a considerar o Brasil como sua "patria definitiva", e afirma que "por todo o interior do paiz um grande de numero de syryos que são eleitores". O texto enfatiza ainda a capacidade de adaptação desses imigrantes, que, mesmo "desconhecendo completamente a lingua, os usos, os costumes", rapidamente se integrariam à sociedade local, sendo "vencidos pela amabilidade dos naturaes do paiz" (Questão [...], 1901). Demonstra, assim, o empenho da comunidade síria em consolidar um sentimento de pertencimento ao território nacional, ao mesmo tempo que se posicionava como agente ativo nas transformações políticas que redefiniam os contornos do país.

Além disso, o texto questiona: "Que têm os syrios do Brazil com os costumes do Egypto ou de Constantinopla?"; e o autor completa: "nada tendo de commum com ella". Há uma recusa da associação entre a comunidade síria e aquele Oriente que a associação mobilizava como imagem de atraso e de uma suposta "orientalização" da cidade. Salomão reafirma, em contrapartida, a adesão dos sírios a valores tidos como centrais à sociedade brasileira, como: a liberdade, a igualdade e o livre pensamento, que fariam do país um espaço privilegiado frente a uma Europa ainda marcada por "preconceitos" e restrições sociais(Questão [...], 1901).

Por fim, o texto dirige diretamente críticas ao jornal *A Tribuna*, cuja "attitude aspera" teria transformado uma discussão sobre o comércio ambulante em uma "questão de nacionalidades", recorrendo a uma linguagem considerada injusta e desproporcional. Ao reivindicar um tratamento mais justo para a comunidade síria, que "ha mais de vinte annos abraçara a nacionalidade brasileira" (Questão […], 1901), o autor posiciona-se como defensor do seu grupo, e concomitantemente torna-se um interlocutor ativo no debate público, buscando reposicionar os sírios como sujeitos integrados à vida urbana da capital.

Na operação discursiva empreendida por Salomão, a presença síria é apresentada como alinhada ao projeto civilizatório nacional, sendo inclusive benéfica ao desenvolvimento econômico e social. Ao recorrer aos fundamentos do ideário republicano, a sua argumentação deslocava a discussão para o campo dos direitos e princípios que deveriam assegurar a legitimidade da presença desses imigrantes na sociedade brasileira. Ao mobilizar categorias como "liberdade" e "igualdade", o autor não apenas responde às acusações dirigidas à comunidade, mas reinscreve esses imigrantes no interior do projeto político e moral da nação, convertendo-os em sujeitos compatíveis com os valores que orientavam a modernização do país (Azevedo, 2015). Ao criticar a transformação de uma questão econômica em um problema associado à origem e à identificação desses trabalhadores, a queixa em questão evidencia a percepção desses sujeitos acerca das formas de desqualificação que incidiam sobre a sua presença na cidade.

O confronto entre esses registros mostra que as representações da presença desses imigrantes no comércio ambulante não eram invariáveis, mas parte de um palco de disputas pela legitimidade no espaço público. De um lado, a Associação dos Empregados do Comércio associava essa presença à desordem, à ilegalidade e ao atraso; de outro, os próprios imigrantes, como José Salomão, mobilizavam a linguagem republicana de "liberdade" e "igualdade" para reivindicar pertencimento e reconhecimento. Nesse embate, a categoria "turco" deixava de ser uma designação descritiva para se tornar elemento central de disputa nas representações.

Cotidiano urbano, incômodo e fronteiras do convívio

A estigmatização desses sujeitos não se construía a partir de um único atributo, mas articulava diferentes aspectos de sua experiência na cidade. Nas relações cotidianas, determinadas práticas e formas de ocupação dos espaços podiam ser convertidas em sinais de inadequação, tornando-se motivos de incômodo, julgamento e conflito. As ruas constituíam

um espaço privilegiado para observar esse processo, pois colocavam esses imigrantes em contato com diferentes sujeitos e faziam de sua presença objeto de avaliações e disputas.

O crescimento populacional da capital na virada do século XIX para o XX impulsionou novas reconfigurações das dinâmicas sociais e culturais, intensificadas pela heterogeneidade de sua composição demográfica. Tal período corresponde à chamada Grande Imigração, movimento caracterizado pela chegada intensa de indivíduos em situação de êxodo das áreas agrícolas europeias, principalmente da região mediterrânea, devido à desestruturação da comunidade camponesa tradicional pelos avanços industriais no continente. De acordo com Menezes (2014), esses imigrantes pobres e com precária qualificação profissional, acostumados com baixos salários e longas jornadas de trabalho, ao chegarem em território nacional, passaram a compor o acirrado mercado de trabalho urbano.

Nesse cenário, a população estrangeira era submetida a classificações que, sustentadas por concepções de superioridade racial e intelectual, estabeleciam distinções conforme critérios étnicos e socioculturais. Essa lógica produzia a figura dos chamados "imigrantes desejáveis"[5], atribuindo posições distintas aos estrangeiros. No caso dos sujeitos identificados como "turcos", essa posição não era inteiramente definida, mas marcada por ambiguidades ligadas tanto à origem atribuída quanto às formas de inserção social e econômica no país, o que os expunha a representações que questionavam a adequação de sua presença à sociedade brasileira.

Essas representações, contudo, não permaneciam restritas ao plano discursivo, sendo também materializadas nas situações concretas pelas quais esses sujeitos eram descritos no cotidiano urbano. Os relatos presentes na imprensa permitem acessar nuances desse processo, como a matéria intitulada "Mundo à parte", publicada na *Gazeta de Notícias* em 22 fevereiro de 1896, que oferece um registro significativo das tensões associadas à presença desses imigrantes (Mundo […], 1986). A matéria retrata tanto a concentração da população identificada como "turca" em áreas centrais da cidade quanto a sua expressividade no ramo comercial, com destaque para o comércio ambulante e o pequeno varejo. A descrição desqualificava as condições de moradia e os modos de vida desses imigrantes, convertendo o adensamento habitacional em indício de insalubridade e de condutas consideradas inadequadas.

A desqualificação dessas formas de moradia era reforçada pelo relato da visita de uma autoridade pública às residências, acompanhada por um representante da imprensa. A descrição da falta de "condições de conforto e hygiene" aproximava os modos de vida desses imigrantes das preocupações relacionadas à saúde pública. O adensamento das habitações era apresentado como um problema que ultrapassava as condições de vida de seus moradores e poderia atingir o restante da população carioca. Essa associação tornava-se mais evidente com a

menção à ocorrência de casos de febre amarela, que inseria aquelas residências em uma percepção mais ampla de risco de contaminação. Por fim, o apelo à intervenção dos "delegados de hygiene" conferia uma dimensão pública ao incômodo expresso em todo o texto, convertendo as condições atribuídas àqueles espaços em justificativa para a fiscalização por parte das autoridades sanitárias.

A matéria também atribuía um sentido negativo às formas de convivência estabelecidas entre esses imigrantes ao afirmar que os membros desse grupo "não podem viver senão agglomeradamente" e com "grande quantidade de patrícios" (Mundo […], 1986). A proximidade entre parentes e conterrâneos aparecia como mais um elemento de desqualificação dos seus modos de vida, associando a concentração desses sujeitos em determinadas habitações e áreas da cidade a uma forma inadequada de ocupação do espaço urbano.

Essa proximidade, entretanto, pode ser compreendida a partir das próprias dinâmicas que organizavam a experiência migratória. Os vínculos estabelecidos entre aqueles que já se encontravam no local de destino e os novos imigrantes podiam oferecer informações, recursos e formas de assistência importantes para o deslocamento e para a inserção na nova sociedade. Como observa Truzzi (2008), essas relações interpessoais participavam da constituição de cadeias e redes migratórias, conectando os locais de origem e destino, e favorecendo a circulação de pessoas e recursos. No caso dos imigrantes aqui analisados, vínculos familiares, religiosos e de origem também constituíam importantes mecanismos de apoio (Sochaczewski, 2017). A chegada de parentes e conterrâneos podia, desse modo, alimentar relações já estabelecidas de moradia, trabalho e sociabilidade, contribuindo para a concentração desses imigrantes em determinados espaços da cidade[6].

Além disso, a matéria relata a concentração dessas residências pelas "ruas mais centraes", demarcando a escolha do grupo por áreas marcadas pela intensa circulação de pessoas e mercadorias. Um exemplo é a região entre a praça da República e a rua da Alfândega, um dos principais polos comerciais da cidade, marcada por sobrados com moradia no andar superior e comércio no térreo. Segundo Ribeiro (1997: 203), essa região foi dominada por imigrantes portugueses ao longo do Oitocentos, passando a contar com crescente presença de sírios e libaneses, os chamados "turcos", a partir da década de 1890. A escolha desses espaços não se restringia à dimensão residencial, mas se articulava às estratégias de sobrevivência e às formas de inserção econômica e social desses imigrantes na cidade.

As condições de moradia e as formas de sociabilidade desses imigrantes constituíam, portanto, aspectos a partir dos quais sua presença na cidade podia ser desqualificada e associada a preocupações relacionadas à higiene e à saúde pública. Nas ruas, essas avaliações

adquiriam outros contornos, produzidos pelo contato cotidiano entre os ambulantes e os demais habitantes da cidade.

Uma dessas situações foi registrada pelo *Jornal do Commercio* em 30 setembro de 1899, a partir de uma reclamação dos moradores da rua Larga de São Joaquim contra a atuação de mulheres identificadas como "turcas" (Jornal do Comércio, 1899). Segundo a notícia, ao circularem pelo centro da cidade para comercializar os seus produtos de miudezas, essas mulheres "invadem os vestibulos e escadas das casas", transformando esses espaços em locais comerciais. A crítica não se dirigia apenas à atividade comercial, mas à maneira como a sua realização interferia na circulação do espaço. O relato associava a presença dessas mulheres à produção de sujeira, ao acúmulo de resíduos e ao barulho das vozes durante as vendas, elementos apresentados como motivos de desconfortos. Ao reivindicarem a intervenção das autoridades, esses indivíduos expressavam a sua insatisfação com a atividade e procuravam estabelecer limites para a atuação das ambulantes.

Ainda nesse mesmo relato, os moradores reclamam que têm "a entrada de suas casas infestadas da garotada, que com ellas troca dichotes em alarmante e pouco decente vozeria" (Jornal do Comércio, 1899). O trecho nos indica que o problema não se limitava ao barulho, mas envolvia percepções acerca do comportamento social. Ao destacar que as entradas das casas eram "infestadas da garotada" que acompanhava essas vendedoras, o relato sugere não apenas a intensificação do barulho e da circulação, como também uma interpretação de inadequação quanto à presença de crianças e mulheres nesse contexto. Nesse sentido, o som das vozes, descrito como "pouco decente", atribuía uma avaliação moral que recaía sobre essas mulheres e crianças.

A dimensão moral presente na reclamação permite observar que a atuação dessas mulheres no comércio ambulante acrescentava outros elementos às avaliações dirigidas à presença desses imigrantes na cidade. A sua circulação pelas ruas as colocava diante de expectativas de gênero relacionadas ao comportamento e aos espaços considerados adequados à presença feminina[7]. Assim, a situação em questão demonstra como a inserção do comércio ambulante em espaços de uso compartilhado podia tensionar as fronteiras entre público e privado e produzir disputas em torno das formas de ocupação da cidade e dos sujeitos legitimados a circular por esses espaços.

Outra situação envolvendo a atuação feminina no comércio ambulante foi veiculada pelo periódico *O Paiz*, em 2 de maio de 1900 (Em luta, 1900). A notícia relata um conflito ocorrido na rua da Saúde entre Joana, uma vendedora ambulante de quinquilharias identificada como "turca", e Pedro Ribeiro, apresentado como seu freguês. Segundo o relato, após um

desacordo relacionado ao preço das mercadorias, iniciou-se uma discussão entre os dois, durante a qual Joana teria atingido o homem no tórax com um pedaço de madeira que trazia consigo.

A notícia descreve a trabalhadora como "uma mulher que em certos casos é homem como trinta" (Em luta, 1900). A comparação com a figura masculina evidencia o estranhamento provocado por um comportamento que se afastava das expectativas de fragilidade e moderação atribuídas às mulheres naquele período. O episódio, iniciado a partir de uma negociação comercial, transforma-se em um conflito físico na via pública, fazendo com que a atuação de Joana fosse também avaliada a partir de expectativas relacionadas ao comportamento feminino. A sua presença nas ruas adquiria outros significados para além de sua atividade como vendedora ambulante, uma vez que a reação diante do freguês era narrada como uma conduta que ultrapassava os limites socialmente atribuídos às mulheres.

Tomadas em conjunto, essas situações demonstram que a desqualificação dos imigrantes identificados como "turcos" não se limitava aos discursos mais amplos sobre a ordem e a organização da cidade, mas também se construía em situações concretas do cotidiano. Nessas relações, aspectos relacionados à moradia, às formas de sociabilidade, à circulação e ao gênero se articulavam à identificação desses sujeitos, atribuindo diferentes sentidos à sua presença e às suas práticas no espaço urbano.

Definir os limites: fiscalização, conflito e negociação nas ruas

As formas de estigmatização construídas em torno desses imigrantes e os conflitos relacionados à sua presença no espaço público conviviam com práticas concretas de controle sobre a sua atuação nas ruas. A fiscalização do comércio ambulante constituía uma das dimensões desse cotidiano, colocando esses trabalhadores em contato direto com diferentes agentes do poder público. Nessas situações, a legitimidade de sua atividade não estava previamente estabelecida, mas era tensionada e negociada nas relações entre ambulantes e autoridades. A definição dos limites dessa presença estrangeira na cidade envolvia, portanto, tanto a aplicação de normas quanto disputas em torno das formas consideradas legítimas de trabalhar, circular e ocupar as ruas da capital.

As disputas em torno da legitimidade do comércio ambulante se inseriam em um contexto mais amplo de transformações nas relações do mercado de trabalho carioca. Como discutido anteriormente, o crescimento populacional e a chegada de contingentes de imigrantes contribuíam para ampliar e diversificar a oferta de trabalhadores em uma cidade marcada

CC BY

pela concorrência por ocupações e pela presença expressiva de atividades exercidas nas ruas. Nesse cenário, as fronteiras entre as formas de trabalho consideradas legítimas e aquelas associadas ao ócio e à vadiagem permaneciam pouco definidas. Como demonstra Arantes (2010), trabalhadores que retiravam o seu sustento das ruas podiam ocupar uma posição particularmente instável diante dessas classificações, uma vez que a distinção entre trabalho e vadiagem dependia também das formas pelas quais as suas atividades eram percebidas e enquadradas.

A distinção entre trabalho e ociosidade, no contexto da Primeira República, não se configurava de maneira clara ou estável, sendo atravessada por ambiguidades jurídicas que afetavam diversos trabalhadores (Donadeli, 2014). Embora o Código Penal de 1890 (Brasil, 1890) previsse, por um lado, a garantia do livre exercício das atividades laborais (art. 204), por outro, estabelecia dispositivos que criminalizavam a chamada "vadiagem" (arts. 399, 400 e 401), associada à ausência de ocupação formal ou ao exercício de atividades consideradas ilegítimas. Na prática, essa dualidade produzia um enquadramento instável para trabalhadores que exerciam as suas atividades pelas ruas, cujas atividades podiam oscilar entre o reconhecimento como trabalho e a classificação como desvio.

Essa instabilidade se manifestava de forma particularmente evidente nas interações propiciadas pelo comércio ambulante. Em uma notícia publicada no *Jornal do Brasil* em 26 abril de 1903, o vendedor ambulante José Jorge, identificado como "turco", realiza uma denúncia contra a ação de um fiscal municipal (Jornal do Brasil, 1903). A abordagem do agente do Estado ocorreu "de modo brutal" enquanto o vendedor circulava pela rua Gonçalves Dias à noite, sendo posteriormente conduzido à agência e multado em alto valor. Embora o tabuleiro, que exibia os fósforos que vendia, apresentasse a numeração de sua respectiva licença, isso não impediu que o vendedor fosse abordado pelo fiscal e tivesse o seu instrumento de trabalho apreendido. O vendedor ainda expôs que não teria as condições para o pagamento da multa, pois "não ter apurado, durante o dia todo, no seu negócio, nem o bastante para custear o seu jantar". Por meio da denúncia do ocorrido, o periódico em questão solicitava a atenção do prefeito para o caso.

O episódio expõe que a fiscalização do comércio ambulante, longe de se restringir à aplicação das normas estabelecidas, podia assumir contornos arbitrários, atingindo inclusive os trabalhadores licenciados pela municipalidade. A desconsideração da licença do vendedor, em associação com a apreensão do seu tabuleiro, revela que a legalidade da atividade não garantia uma proteção efetiva diante da atuação de agentes públicos, expondo a instabilidade dessa atividade profissional. Ao mesmo tempo, a ênfase na condição de pobreza

do ambulante, incapaz de arcar sequer com a sua alimentação diária, reforça a assimetria presente nessa relação, na qual a intervenção estatal incidia de forma particularmente dura sobre os sujeitos pertencentes às camadas populares. Contudo, a denúncia do ambulante denominado como "turco" veiculada pela imprensa, por sua vez, evidencia que tais práticas não passavam incontestadas e eram refutadas pela própria população em busca de soluções.

Se, por um lado, a atuação de autoridades públicas podia assumir contornos arbitrários, por outro, a própria fragilidade e a indefinição do sistema de fiscalização criavam condições para o surgimento de práticas oportunistas que exploravam a vulnerabilidade desses trabalhadores. Uma notícia publicada pelo *Jornal do Brasil* em 6 de julho de 1901 relata o caso de Elias Mitro, vendedor ambulante identificado como "turco" (Falso […], 1901). Naquela noite, ele comercializava os seus produtos na rua Senador Eusebio quando foi abordado por Itahaby Brito Baptista. Segundo a notícia, o homem dirigiu-se a Mitro e exigiu que apresentasse a licença para exercer a atividade. O ambulante, "julgando o mesmo fiscal sargento de polícia, fiscal de consumo ou cousa equivalente", e tomado pelo medo, tentou rapidamente justificar a ausência da licença. Antes que a abordagem prosseguisse, outro agente público, chamado Jacinto Netto, chegou ao local. Ao identificar a atuação do falso fiscal, interrompeu a ação e o conduziu à delegacia.

O caso evidencia como o exercício da autoridade sobre o comércio ambulante podia ser apropriado por indivíduos alheios às instituições. Ao se apresentar como fiscal e solicitar a licença do vendedor ambulante, o falso fiscal reproduzia os procedimentos associados ao controle da atividade, conferindo aparente legitimidade à abordagem. O caso expõe, assim, uma situação de vulnerabilidade na qual as fronteiras entre fiscalização e fraude podiam se tornar pouco evidentes para os trabalhadores abordados pelas ruas da cidade.

Os episódios anteriores mostram a atuação do Estado na definição dos limites do comércio ambulante. Contudo, esses limites também eram contestados pelos próprios trabalhadores. A representação dos "Mercadores Syrios" ao Conselho Municipal, publicada no *Jornal do Brasil* em 15 de abril de 1902, revela uma dessas iniciativas, mostrando como esses sujeitos reivindicavam a legitimidade de sua atuação profissional (Os mercadores […], 1902).

Ao declarar que falava "em seu nome, e no dos tres mil syrios que exercem o commercio ambulante" (Os mercadores […], 1902), o signatário Demetrio Schneiri apresentava a sua reivindicação como expressão de uma coletividade de trabalhadores identificada como "síria". A escolha dessa denominação ganha relevância diante da coexistência dos diferentes termos de classificação dos imigrantes de fala árabe no período e dos sentidos que podiam acompanhar o uso da categoria "turco" (Karam, 2007; Lesser, 1999; Pinto, 2018). Sem que

seja possível atribuir uma intenção unívoca ao emprego do termo, a identificação na representação evidencia que esses sujeitos não apenas eram classificados, como também mobilizavam formas próprias de designação ao reivindicar direitos.

A definição da comunidade síria como "laboriosa colonia" contrasta com imagens de desordem e parasitismo difundidas, pois esses indivíduos se enxergavam como trabalhadores valiosos para a sociedade carioca. Essa reivindicação de legitimidade não se restringia à valorização do trabalho, apoiando-se em um repertório que mobilizava princípios associados às instituições republicanas e ao funcionamento do mercado. Ao declarar que "sob as livres instituições brasileiras, ha logar para todos", os reclamantes inscrevem a sua atuação no discurso de "liberdade" e "igualdade" característico da retórica do regime republicano, convertendo tais princípios em argumento a favor de sua permanência nas ruas. Paralelamente, ao atribuir ao consumidor o papel de "unico juiz insuspeito", deslocam o critério de avaliação de sua atividade para o campo utilitarista. Nessa operação discursiva, os mercadores passam a incorporar uma lógica econômica prática que, por si só, seria o suficiente para a compreensão da figura do ambulante como agente legítimo no circuito comercial urbano (Os mercadores […], 1902).

Ao mesmo tempo, o texto apresenta uma crítica às disposições do orçamento municipal, introduzindo uma dimensão política fundamental ao denunciar o que os reclamantes qualificam como "medidas de excepção" aplicadas especificamente à sua atividade (Os mercadores […], 1902). Há uma comparação entre os impostos pagos por atacadistas, varejistas e ambulantes; sendo os últimos apontados como os mais onerados. Ao apontar, ainda, que o aumento da carga tributária poderia resultar na retração das licenças e, consequentemente, na diminuição da arrecadação pública, os reclamantes mobilizam um argumento pragmático que articula os seus interesses aos do próprio Estado.

Ao reivindicarem publicamente a condição de "syrios", trabalhadores e contribuintes, esses ambulantes construíam uma representação de si que se contrapunha às formas de desqualificação de sua atividade e fornecia os próprios termos pelos quais reivindicavam sua permanência no comércio das ruas.

Os episódios analisados evidenciam que os limites do comércio ambulante realizado pelos denominados "turcos" não se estabeleciam de maneira estável ou unívoca, sendo continuamente produzidos no entrecruzamento de práticas de controle, situações de conflito e iniciativas de negociação. A rua se configurava como um espaço de tensões permanentes, no qual a legitimidade do trabalho era constantemente colocada em questão.

Conclusão

Este artigo buscou demonstrar como a presença dos imigrantes identificados como "turcos" no comércio ambulante carioca era construída e disputada em diferentes dimensões do cotidiano urbano. A própria utilização dessa categoria evidencia parte desse processo: sob uma mesma classificação eram reunidos sujeitos com diferentes pertencimentos étnicos, religiosos, sociais e culturais, cujas experiências não correspondiam necessariamente à identidade homogeneizadora que lhes era atribuída. Embora o termo "turco" não possuísse em si um significado depreciativo, nas situações aqui analisadas era frequentemente mobilizado pela imprensa e por diferentes segmentos da sociedade em meio à desqualificação desses trabalhadores e de suas práticas. A estigmatização se constituía a partir dessas associações, aproximando a procedência atribuída aos imigrantes de aspectos relacionados ao trabalho, à moradia, à higiene, às formas de sociabilidade e à ocupação das ruas, que passavam a ser apresentados como sinais de inadequação à pretendida ordem urbana. Contudo, essas classificações não eram simplesmente incorporadas pelos sujeitos aos quais se dirigiam. Em diferentes momentos, os próprios imigrantes recorriam a outras formas de identificação, como a denominação "sírios", ao responder às acusações que circulavam e reivindicar o reconhecimento da sua presença e do valor do seu trabalho na capital.

As notícias presentes nos periódicos analisados permitem observar essas respostas ao lado das negociações estabelecidas com diferentes agentes e das reivindicações encaminhadas ao poder público. Ao registrar acontecimentos do cotidiano, a imprensa participava da produção e circulação das representações que cercavam esses imigrantes. Em suas páginas circulavam respostas, denúncias e reivindicações, tornando visíveis algumas das disputas em torno das formas de ocupar o espaço público. Desse modo, os limites impostos à presença desses trabalhadores não estavam previamente definidos. Eram construídos no cotidiano, em relações atravessadas por formas de desqualificação e controle, mas também pela capacidade desses sujeitos de contestá-las e negociar as condições de sua atuação nas ruas.

A cidade do Rio de Janeiro que emerge dessas fontes não se apresenta apenas como cenário dessas experiências, mas como parte das relações que lhes atribuíam significado. Nesse quadro, o comércio ambulante realizado pelos sujeitos identificados como "turcos" deixa de aparecer como um elemento marginal ao processo de modernização para constituir um ponto de observação das tensões presentes na construção de uma capital que se pretendia moderna.

CC BY

Notas

1 Este trabalho integra a atual pesquisa de doutorado em andamento no Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz (COC-Fiocruz), sob o financiamento dessa instituição.

2 O número em questão foi calculado a partir dos dados extraídos dos recenseamentos de 1890 e 1906, respectivamente: REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL. Sexo, raça e estado civil, nacionalidade, filiação, culto e alphabetismo da população recenseada em 31 de dezembro de 1890. Rio de Janeiro, 1890; REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL. Recenseamento do Rio de Janeiro (Districto Federal). Rio de Janeiro, 1906.

3 As fontes analisadas integram um levantamento documental mais amplo sobre o comércio ambulante no Rio de Janeiro, iniciado durante a pesquisa de mestrado e posteriormente ampliado no âmbito da pesquisa de doutorado em desenvolvimento. O levantamento foi realizado em diferentes periódicos disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira a partir da busca pelo termo "ambulante", compreendendo o período entre os anos de 1890 e 1910. Para este artigo, foram selecionados registros de situações envolvendo trabalhadores identificados como "turcos" e "sírios" nas notícias, permitindo acompanhar as diferentes formas pelas quais a sua presença no comércio ambulante era descrita, questionada e reivindicada no espaço público.

4 Os dados estatísticos apresentados foram extraídos dos recenseamentos de 1890 e 1906, respectivamente: REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL, 1890; REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL, 1906.

5 De acordo com Menezes (2014) e Seyferth (2002), consolidou-se no Brasil, na virada do século XIX para o XX, a noção de "imigrantes desejáveis", associada a indivíduos brancos europeus tidos como portadores de superioridade moral, intelectual e laboral, e agentes de um projeto civilizador. Privilegiavam-se sobretudo os oriundos do centro-norte europeu, como alemães e suíços, enquanto grupos de tradição latina – como portugueses, espanhóis e italianos – eram frequentemente associados a atributos negativos. De forma ainda mais acentuada, indivíduos de origem africana e asiática eram inseridos em discursos que os posicionavam em patamares inferiores na hierarquia social e civilizatória.

6 Truzzi (2008) diferencia as cadeias migratórias, constituídas pelos contatos e arranjos interpessoais que possibilitam ou facilitam o deslocamento de novos migrantes, das redes migratórias mais amplas, formadas pelas relações entre migrantes, ex-migrantes e não migrantes nos locais de origem e destino. Em diálogo com essa perspectiva, Sarmiento (2009, 2013) destaca

a recorrência de cadeias inicialmente formadas por homens jovens e solteiros, de origem humilde e com baixa escolarização. Uma vez estabelecidos, esses imigrantes podiam atuar como mediadores na chegada de parentes e conterrâneos, contribuindo para a continuidade dos deslocamentos. No caso da imigração árabe, Reznik e Carvalho (2020) identificam uma configuração distinta desse padrão, marcada pela presença mais frequente de famílias inteiras nos fluxos migratórios e pela articulação dos deslocamentos a fatores políticos e religiosos.

7 A associação entre mulheres e crianças no espaço público, sobretudo no comércio ambulante, tensionava os modelos normativos de gênero e família da época. Nas camadas populares, a circulação pelo espaço público era condição de sobrevivência feminina, o que levava essas mulheres a incorporar o cuidado infantil às suas atividades produtivas, em desacordo com a idealização da domesticidade (D'Incao, 2004; Rago, 2004; Soihet, 2004). Essa presença alimentava leituras moralizantes que associavam essas mulheres à desordem, ao mesmo tempo que revelava formas de organização cotidiana alheias aos modelos normativos de maternidade e família.

1. Declaração de Disponibilidade de Dados

As fontes documentais que fundamentam os resultados deste estudo estão disponíveis publicamente na Hemeroteca Digital Brasileira, da Fundação Biblioteca Nacional (https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/). As edições dos periódicos e as páginas consultadas estão identificadas nas notas e na seção de referências do artigo, bem como os dados censitários utilizados.

2. Declaração de conflito de interesses

Não há conflito de interesses.

3. Agências de fomento

A pesquisa contou com financiamento da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), por meio de bolsa institucional de doutorado.

Referências

ARANTES, Erika Bastos. *O porto negro*: cultura e associativismo dos trabalhadores portuários no Rio de Janeiro na virada do XIX para o XX. 2010. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS NO COMMERCIO DO RIO DE JANEIRO. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 8 out. 1901, p. 3.

AZEVEDO, André Nunes de. Sob o lume da civilização: um estudo da ideia de progresso no Brasil das últimas décadas do período monárquico. *Intellèctus*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 1-23, 2015.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa*: Brasil 1800-1900. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos*: um Haussmann tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992.

BRASIL. *Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890*. Código Penal dos Estados Unidos do Brazil. Rio de Janeiro, 1890.

CASTANHEIRA, Erika Chermont. *Os imigrantes na grande imprensa*: aspectos da imigração sírio-libanesa para o Rio de Janeiro (1890-1929). 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Salgado de Oliveira, Niterói, 2015.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril*: cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. *In*: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004. p. 234-252.

DONADELI, Paulo Henrique Miotto. Cultura política republicana e o Código Penal de 1890. *História & Cultura*, Franca, v. 3, n. 3, p. 360-375, 2014.

EM LUTA. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 2 maio 1900, p. 2.

FALSO FISCAL. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 6 jul. 1901, p. 2.

GOFFMAN, Ervin. *Estigma*: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

JORNAL DO COMMERCIO, Rio de Janeiro, 30 set. 1899, p. 3.

JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, 26 abr. 1903, p. 6.

KARAM, John Tofik. *Another arabesque*: Syrian-Lebanese ethnicity in neoliberal Brazil. Philadelphia: Temple University Press, 2007.

LESSER, Jeffrey. *Negotiating national identity*: immigrants, minorities, and the struggle for ethnicity in Brazil. Durham: Duke University Press, 1999.

LINK, Bruce G.; PHELAN, Jo C. Conceptualizing stigma. *Annual Review of Sociology*, San Mateo, v. 27, p. 363-385, 2001.

MATTOS, Rômulo Costa. As "classes perigosas" habitam as favelas: um passeio pela crônica policial no período das reformas urbanas. *Desigualdade & Diversidade*, Rio de Janeiro, v. 5, p. 149-170, 2009.

MEIHY, Murilo. *Líbano e Brasil*: a lógica da esfiha de frango. São Paulo: Contexto, 2016.

MENEZES, Lená Medeiros de. Entre o ideal e o real: os discursos sobre a imigração no Brasil e o enfrentamento da "desordem". *In*: MENEZES, Lená Medeiros de *et al. Intelectuais na América Latina:* pensamento, contextos e instituições: dos processos de independência à globalização. Rio de Janeiro: Uerj, 2014. p. 650-658.

MUNDO à parte. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 22 fev. 1896, p. 1.

OS MERCADORES syrios: representação ao conselho municipal. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15 abr. 1902, p. 1.

PINTO, Paulo G. Primos e patrícios: intimidade cultural e representações na construção da etnicidade árabe/sírio-libanesa no Rio de Janeiro. *Confluenze*: rivista di studi iberoamericani, Bolonha, v. 70, n. 1, p. 60-83, 2018.

QUESTÃO dos turcos: echo da verdade. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 19 out. 1901, p. 2.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. *In*: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004. p. 608-637.

REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL. *Sexo, raça e estado civil, nacionalidade, filiação, culto e alphabetismo da população recenseada em 31 de dezembro de 1890*. Rio de Janeiro, 1890.

REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL. *Recenseamento do Rio de Janeiro (Districto Federal)*. Rio de Janeiro, 1906.

REZNIK, Luís; CARVALHO, Carolina da Costa de. Imigração árabe e cadeias migratórias: um estudo de caso da hospedaria de imigrantes da Ilha das Flores (1883-1929). *Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, v. 13, n. 2, p. 5-23, 2020.

RIBEIRO, Paula. Multiplicidade étnica no Rio de Janeiro: um estudo sobre o "Saara". *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 199-212, 1997.

SARMIENTO, Érica. A luta dos padeiros anarquistas ibéricos em Buenos Aires e no Rio de Janeiro (1890-1930). *Rede-A*: Revista de Estudos Afro-Americanos, São Gonçalo, v. 3, n. 2, p. 71-84, 2013.

SARMIENTO, Érica. Um passeio pelas ruas do Rio Antigo: os pioneiros galegos, a Rua da Ajuda e o mercado ambulante. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 3, p. 95-108, 2009.

SEYFERTH, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. *Revista da Universidade de São Paulo*, São Paulo, n. 53, p. 117-149, 2002.

SILVA, Camila Oliveira da. *O povo de rua*: uma análise do cotidiano dos trabalhadores ambulantes do Rio de Janeiro (1890-1910). 2023. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

SOCHACZEWSKI, Monique. *O Império Otomano, o Brasil e a imigração*. Brasília, DF: Funag, 2017.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. *In*: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004. p. 383-422.

TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. *Tempo Social*, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 199-218, 2008.